

## A VOZ DA COMUNIDADE INDÍGENA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS: O BALBUCIO NA PRODUÇÃO DE VALOR

Carla Andreia Schneider (UFGD)<sup>1</sup>

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti (UFGD)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo teve por objetivo depreender a voz da comunidade indígena na produção acadêmica (TCC) sobre as plantas medicinais. A perspectiva teórica fundamentou-se na Semiótica greimasiana - lançando mão de contribuições da Análise do Discurso Francesa. A voz da comunidade indígena sobre o conhecimento tradicional pronunciada a partir da academia, ainda que balbuciada pelos membros da comunidade indígena, tem, por meio de um só objeto, revestimentos semânticos distintos, sobrepostos e antagônicos, que lutam pela primazia da sua significação e que se projeta no sentido – e conseqüentemente no poder - de seus sujeitos e das culturas a que pertencem, produzindo valor.

**Palavras-chave:** Discurso; Vozes indígenas; Plantas medicinais.

Conforme a história nos mostra, as plantas medicinais constituem objeto para a sociedade desde a antiguidade e, por ser um meio de se ter acesso à saúde, objeto de valor. Por muito tempo, foi objeto de valor compartilhado comum da sociedade, até que outro objeto (as drogas sintéticas) fornecesse o mesmo valor desejado, a saúde, o que ocorreu a partir do século XVII, por meio de outras substâncias. Nesse processo, o componente valorativo das plantas medicinais foi alterado, representando desprestígio, limitação de recursos financeiros (pobreza), limitação de poder (classe social menos favorecida), limitação de conhecimento e informação (ignorância).


No Brasil, os indígenas têm as plantas medicinais como objeto de valor, conforme podemos constatar por meio da busca tanto por viajantes-naturalistas, no passado, e por pesquisadores em busca de novas substâncias, na atualidade. As plantas medicinais constituem patrimônio genético e cultural (um verdadeiro tesouro) e o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais é fundamental no processo de geração de novos medicamentos para a indústria. Portanto, o conhecimento tradicional é uma espécie de filtro para a descoberta de novos medicamentos, um mapa do tesouro.

Esses fatos tornam oportuno realizar estudos semióticos comparativos e descritivos dos discursos produzidos pela sociedade a respeito das plantas medicinais, especialmente a comunidade universitária de Dourados-MS, que tem desenvolvido pesquisas sobre o tema, e suas relações com a comunidade indígena. Assim, este estudo

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras (UFMS), Mestre em Letras (UFGD). Contato: carlaschneider@ufgd.edu.br.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFGD), Dourados-MS. Doutora em Linguística – Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. Contato: limberti@hotmail.com




teve por objetivo depreender a voz da comunidade indígena na produção acadêmica sobre as plantas medicinais e, especificamente, seu balbucio na produção de valor nas relações entre os sujeitos envolvidos. A perspectiva teórica fundamentou-se na Semiótica greimasiana - lançando mão de contribuições da Análise do Discurso Francesa - e a análise realizada foi comparativa e descritiva dos discursos que constituem o *corpus* da pesquisa: trabalhos de conclusão de curso (TCC) realizados em 2011 pela comunidade acadêmica do curso de graduação em Licenciatura Indígena da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD.

### **O balbucio na produção de valor**

Para a semiótica greimasiana, de acordo com Fiorin (2007), a enunciação é onde a competência semiótica é exercida e a instância na qual o sujeito se instaura. Portanto, o sujeito da enunciação é um sujeito do *fazer*, sendo que o que ele diz, o enunciado, é o seu produto. Para o autor, o sujeito é, portanto, um efeito do enunciado e, ao mesmo tempo, não possui o domínio do dizer porque o ato de fala constitui-se de um acontecimento específico interpelado pelas coerções da história e do inconsciente, ou seja, ele se constitui na natureza da função em que se inscreve.

A sucessão de estados e de transformações, as quais são responsáveis pela produção de sentido, compreende a narratividade que, em sentido generalizado, isto é, deixando de relacioná-la às formas figurativas das narrativas - ocorrências -, é considerada por Greimas e Courtés (2016) como o princípio organizador de qualquer discurso. A relação de transitividade entre actantes (sujeito e objeto) caracteriza o enunciado elementar da sintaxe narrativa e cada papel assumido pelos actantes da narrativa varia conforme suas posições no percurso segundo suas relações com os valores. Estabelece-se, dessa forma, a estrutura elementar da significação, a qual explica a organização do imaginário humano; trata-se de uma projeção de universos coletivos e/ou individuais, um enunciado global composto por uma sequência de enunciados narrativos concatenados.

O enunciado possibilita o acesso a estruturas actanciais e narrativas porque é capaz de assegurar todo um ramo da significação no discurso enunciado e no discurso em ato, além de produzir um campo imaginário específico. Essa propriedade constrói a identidade dos actantes uma vez que os predicados modalizados descrevem o *fazer* dos actantes, ou seja, sua performance, e os predicados modais descrevem o *ser* dos




actantes, ou seja, sua competência. Dessa forma, Fontanille (2011, p. 178) afirma que “a identidade modal dos actantes pode ser caracterizada pelo número de modalidades que a define e pela natureza de combinações que ela contrai”.

Além da definição da identidade pela posição que o sujeito ocupa em relação a sua função, a identidade apenas é assegurada, como também será reconhecida, à medida que apresenta uma recorrência assegurada pelas *modalidades* no âmbito do discurso. A *modalidade*, segundo Greimas e Courtés (2016, p. 314), é “a produção de um enunciado dito modal que sobredetermina um enunciado descritivo”. A *modalidade*, portanto, possui um actante de controle, que é diferente da *modalização*, que é mais abrangente e decorre da manifestação da atividade enunciativa. Nas palavras de Branquião (2011, p. 55), as *modalizações* “são responsáveis por modificar as relações entre os actantes” e compreendem as *modalizações do ser* e as *modalizações do fazer*. A *modalização do ser* define-se pela competência modal do sujeito de estado e sua relação com os valores, como, por exemplo, inveja, ódio, ciúme, etc. e a *modalização do fazer* é definida pela competência modal do sujeito do *fazer* por meio dos enunciados de ação. Tanto a *modalização do ser*, como a *modalização do fazer* possuem as seguintes *modalidades* (verbos modais): o *querer*, o *dever*, o *poder*, o *saber* e o *crer*.

O sujeito competente se define por um *querer*, *poder*, *dever* e *saber-fazer* e pressupõe sua competência de significar, ou seja, possui a qualificação necessária para ação. Assim, as modalidades do *querer+poder+saber-fazer* (subtraindo-se a do *fazer*) constituem o sujeito competente, ou seja, o sujeito possui todas as condições, a competência para *fazer*. A partir do momento que o sujeito se torna um sujeito do *fazer*, ele passa a ser sujeito *performante*, pois “o fazer performático do sujeito implica previamente uma competência do fazer” (GREIMAS, 2014, p. 65).

Outro elemento importante para a construção da identidade dos actantes constitui-se da práxis enunciativa. Ao recuperar “formas esquematizadas pelo uso, ou, ainda, estereótipos e estruturas cristalizadas” (FONTANILLE, 2007, p. 271), essa exerce uma função considerável em relação ao *papel* desempenhado pelos actantes no percurso gerativo de sentido, ao reproduzir papéis já consagrados pelo uso. Além disso, é preciso considerar que o domínio da práxis corresponde ao domínio da memória cultural e dos esquemas semióticos além do domínio dos discursos singulares, no qual o sujeito está inserido ou se insere para exercer a atividade enunciativa.




O papel desempenhado pelo aluno de graduação no programa narrativo proporcionado pelo TCC (papel de orientado), enquanto um *fazer-saber*, fez com que recebesse instruções de seu orientador, adquirindo certa competência. Após se tornar um sujeito *competente* (sujeito de estado), passou a ser um sujeito performante, ao desempenhar o papel de pesquisador (sujeito do fazer). O sujeito *performante*, investido do *poder-fazer*, registrou, em forma de monografia, a pesquisa realizada. Com essa performance, o sujeito empoderou-se na medida em que lhe foi conferida uma competência e a oportunidade de realizar a pesquisa e o seu registro. Não apenas empoderou-se pelo *poder-fazer*, no sentido de uma autonomia de um fazer cognitivo, mas também empoderou-se<sup>3</sup> por meio de um *fazer-fazer* com autonomia para um *fazer-saber* sobre a sua cultura (conhecimento tradicional) em forma de registro para a sua difusão e como forma de resistência identitária.

O TCC é, portanto, um enunciado que possui uma narratividade, uma sucessão de estados e de transformações que lhe dão sentido: um sujeito “aluno” que se relaciona com o objeto “TCC” sobre o tema “plantas medicinais”, em que esse sujeito assume um papel de “pesquisador”, de alguém que busca, pesquisa, informações/conhecimento (objeto de valor), com certo método, pois está inserido no contexto sócio-histórico da academia. O papel assumido pelo sujeito actante (aluno) de “pesquisador” está organizado no imaginário da academia, assim como o objeto TCC, enquanto enunciado global composto por uma sequência de enunciados narrativos concatenados (introdução/contextualização; revisão bibliográfica, metodologia, discussão dos dados (resultados e discussão), considerações finais).

De acordo com Fiorin (2010, p. 62), “a enunciação individual não se realiza independentemente das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível”. Os enunciados e as formas semióticas aparecem ou desaparecem no campo do discurso ou no encontro entre o enunciado e a instância que lhe assume, enquanto acontecimento. Estabelece uma história de prática, de usos, que foram armazenadas na memória de uma coletividade e que estão em constante movimento de retomada, de reformulação, de acréscimos, como reitera Fontanille (2011). As enunciações coletivas

---

<sup>3</sup> O termo empoderar-se utilizado neste estudo assemelha-se à definição compilada por Gohn (2004, p. 23) sobre empoderamento, quando se refere “ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)”.



são redes institucionais específicas que partilham um conjunto de ritos e normas, que são regidos pelos modos de vida da comunidade e o “conteúdo” de seus posicionamentos.

Nesse sentido, consideramos pertinentes as contribuições da AD francesa no que se refere ao posicionamento do sujeito adotado na enunciação, além da sua posição enquanto actante na narrativa e os papéis que desempenha. O posicionamento adotado instaura e conserva uma identidade enunciativa, pois: “o posicionamento corresponde à posição que um locutor ocupa em um campo de discussão, os valores que ele defende (consciente ou inconscientemente), e que caracterizam reciprocamente sua identidade social e ideológica” (MAINGUENEAU, 2004, p. 392).

Além disso, consideramos as contribuições quanto ao *ethos*, pois, de acordo com Maingueneau (2012), o *ethos* se refere à imagem que o destinatário constrói do enunciador por meio do modo com que ele se exprime no discurso. Apesar de ser uma representação elaborada pelo discurso, também está baseada em estereótipos que foram construídos historicamente e que já existiam anteriormente pela articulação dos conteúdos. Sustenta-se por um enunciador ‘fiador’, cuja existência se dá por meio de uma ‘corporalidade’ mais ou menos imprecisa, que se constrói no movimento da leitura.


No *corpus* analisado, a imagem dos sujeitos apresentou o *ethos* consolidado do discurso científico e assumido pelo *fiador*: competente por considerar a si mesmo como especialista e detentor do conhecimento legítimo e comprovado, idôneo e apto. O *tom* que a corporalidade do discurso científico sobre as plantas medicinais apresenta é o de um especialista competente que se coloca ora como impositivo, no momento em que considera o conhecimento científico como necessário, indispensável, que não se pode rejeitar (como apropriado), conforme os enunciados 1 e 2; ora como neutro, quando atua apenas como inventariante, registrando e catalogando o conhecimento popular (enunciado 3). Dessa forma, a imagem dos sujeitos no papel actancial de pesquisador move-se no espaço social por meio de um comportamento competente e performante, autorizado para informar, contribuindo para reforçar a autoridade e legitimidade do conhecimento científico (enunciado 4):

- 1) Os materiais coletados foram *herborizados*, *identificado mediante consulta a especialista e comparação com o acervo do herbário da Universidade Federal da Grande Dourados - DDMS*. Para a apresentação das espécies, *considerou-se a classificação da APG*

II conforme SOUZA e LORENZI (2005). A atualização taxonômica foi realizada mediante consulta ao índice de espécies do ROYAL BOTANIC GARDENS - KEW (1993). A grafia dos autores seguiu a padronização recomendada por BRUMITT e POWELL (1992). (BENITES, E., 2011, p. 7, grifo nosso)

- 2) Outra discussão realizada com os alunos foi a questão dos nomes populares dados às (*sic*) plantas. Os nomes populares variam de região para região, e podem ocorrer confusões, sendo que a mesma planta pode ter dois nomes regionais e plantas diferentes podem ser chamadas pelo mesmo nome. *Por isso a necessidade da identificação científica das espécies vegetais.* O nome científico será sempre o mesmo, independente da região. Esse conhecimento científico é fundamental para evitar que plantas impróprias para o consumo tais como as plantas tóxicas sejam ingeridas. Por isso, as plantas citadas foram organizadas em uma tabela, sendo identificadas e destacadas as indicações medicinais. (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso)
- 3) O presente estudo *objetivou investigar* a classificação tradicional dos vegetais e registrar o conhecimento sobre as plantas medicinais que atualmente são usadas pelos Guarani Kaiowá da aldeia de Amambai [...] Quanto à temática desenvolvida e o processo educativo, é importante considerar que o *conhecimento tradicional vem a contribuir* para o desenvolvimento dos conteúdos escolares, pois *facilita* a compreensão da ciência ocidental e *garante* que a ciência tradicional continue sendo transmitida e valorizada pelas atuais e futuras gerações. (BENITES, I. L., 2011, p. 2; p. 20, grifo nosso).
- 4) Em busca de informações sobre as plantas medicinais de uso tradicional foram realizadas reuniões periódicas na comunidade com mulheres indígenas, principalmente, as anciãs. E para conhecer as espécies existentes nas áreas de vegetação nativas ainda existentes na aldeia, foram realizadas caminhadas aleatórias com as senhoras: Severina Garcia (59 anos), Olinda Arce (65 anos), Lenir Cabreira (29 anos), Lidia Lopes (42 anos), Cristina Cavalheiro (62 anos), Waldomira Martins (59 anos) Elza Neres (52 anos), Iria Carapé (68 anos), que conhecem o uso tradicional das plantas, *e as informações foram registradas os nomes na língua materna e na língua portuguesa (quando conhecido), além das aplicações medicinais.* As plantas também foram fotografadas como forma de registro e para facilitar a identificação científica. A identificação botânica foi realizada com o auxílio de literatura especializada. (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso)

Embora o enunciador com identidade de especialista inventariante e resgatador admita o conhecimento tradicional como fonte segura de informações para registro e estudo (enunciado 5), é necessário conferir um aporte científico ao conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais, conferindo atributos capazes de proporcionar




credibilidade e permitir a identificação da planta corretamente e sem equívocos (enunciado 2).

- 5) Por isso nossa sociedade pode ser considerada ainda, a maior e *mais confiável fonte de conhecimento empírico existente e tem mostrado seu valor através dos tempos*, pois ainda detém uma grande quantidade de informação inexplorada pela ciência oficial sobre formas de como lidar com ambientes biologicamente diversificados e que podem ser úteis para a compreensão destes ecossistemas e para o desenvolvimento de atividades produtivas menos predatórias. (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).

A construção identitária realizada no discurso científico sobre as plantas medicinais, portanto, procura apresentar-se no *corpus* analisado como a de um especialista competente. Embora os enunciadores sejam membros da comunidade indígena, busca-se a construção de uma identidade pertencente à comunidade científica, evidenciando a posicionalidade: o lugar de onde se fala e o lugar de onde se lê (ACHUGAR, 2006). Os enunciadores se colocam, também, como resgatadores, quando atuam apenas como inventariantes, registrando, catalogando e incentivando as práticas do conhecimento tradicional, valorizando um passado, recuperando e recriando uma memória. Essa identidade foi construída para poder movimentar-se no espaço social por meio de um comportamento autorizado para informar (comunidade acadêmica), contribuindo para reforçar a autoridade e legitimidade do conhecimento científico sobre o conhecimento tradicional.

Devemos destacar que os trabalhos de conclusão de curso foram realizados por acadêmicos provenientes da comunidade indígena da primeira turma em Licenciatura Indígena da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (2006-2010). A partir das negociações que se estabeleceram entre o Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, as instituições parceiras e demais profissionais engajados na causa, reivindicavam uma educação que respondesse às necessidades da comunidade indígena. Os alunos buscaram uma capacitação ingressando no curso de Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu* em 2006, não apenas com o intuito de diplomar-se e atuarem dentro da própria comunidade com legitimidade, mas, também, com o objetivo de reconquistar a autonomia socioeconômica e cultural, de serem reconhecidos como cidadãos




eticamente diferentes, de recuperarem suas memórias históricas, de reafirmarem suas identidades étnicas e de valorizarem suas línguas e suas culturas.

Entretanto, no campo científico, por ser um lugar de concorrência em que há uma disputa entre a capacidade de agir autorizada e a autoridade em nome da ciência, é preciso que os concorrentes aceitem seu contrato tácito político e cognitivo. Na análise que realizamos, encontramos movimentos que incluíram a adesão do contrato, mas de forma aparentemente neutra, que se caracterizou pela busca da agregação das culturas (conhecimento científico e conhecimento tradicional), por meio do registro, da catalogação do conhecimento tradicional. Por outro lado, também encontramos o confronto, ao determinar a maneira de como *fazer-fazer/fazer-crer* e *fazer-saber*, que prezou pelo cumprimento do contrato tácito: o uso de metalinguagem, de termos específicos, de nomes científicos, de classificação das espécies em conformidade com manuais convalidados no meio acadêmico, etc.

Ao ocupar um lugar no concorrido campo científico, os sujeitos do *corpus*, defenderam valores dessa comunidade e adotaram um conjunto de ritos e normas, que instauraram e conservaram a identidade enunciativa e a identidade social do discurso científico. Porém, ao garantirem que o trabalho de conclusão de curso considerasse sua cultura, identidade e modo de vida, conseguiram, ao mesmo tempo, conciliar e defender valores da comunidade indígena, empoderando-se, conforme dito anteriormente. Consequentemente, demonstram resistência identitária diante da modalização pela cientificidade, uma vez que o pensamento reflexivo que qualifica a ação política no TCC possibilita o fortalecimento de sentimentos como identidade e pertencimento.

Nesse processo identitário, o autor do TCC filiou-se a uma rede de sentidos a partir de uma leitura de um arquivo (referências sobre o tema que está sendo pesquisado), de uma memória documental acumulada, e do gesto de interpretação. Essa filiação está relacionada com a língua e com a história e afetada pela ideologia e pelo inconsciente. O que precisa ser lembrado e o que precisa ser esquecido precisam estar, de certa forma, de acordo com o lugar de onde se fala, de um determinado posicionamento (academia). Nesse sentido, para que a cultura indígena seja escutada, ela precisa falar do lugar e na língua da ciência e “balbuciar” (ACHUGAR, 2006), ou seja, afirmar a cultura indígena pelas “brechas” permitidas. Como “toda memória, toda recuperação e representação da memória implica uma valorização do passado”






(ACHUGAR, 2006, p. 59), resgata-se, assim, o conhecimento tradicional do lugar de onde se fala, da academia, porém reconstruído. O objeto de valor plantas medicinais enquanto elemento da cultura indígena (como ela é usada dentro desse contexto: xamanismo) é desconstruído e reconstrói-se um objeto de valor adaptado aos protocolos da academia (cientificidade).

### **Considerações em processo**

O discurso da ciência apresentado no *corpus* tem reconstruído a significação do objeto de valor “plantas medicinais”, atribuindo-lhe novo sentido. Constatamos que inicialmente o sentido apreendido pela história, pelas culturas tradicionais e pelas pessoas com menor poder aquisitivo sobre as “plantas medicinais” foi de objeto de valor modal para obtenção de saúde e bem estar. No transcorrer da história, entretanto, seu uso oscilou, principalmente entre as classes com maior poder aquisitivo, em razão dos avanços tecnológicos dos medicamentos e da promessa de cura rápida e total. Nos dias atuais, as plantas medicinais constituem um verdadeiro tesouro e há uma corrida em busca desse “ouro perdido”, dada a demanda de novos medicamentos para tratamentos de doenças que ainda não têm cura. Para encontrá-lo, contudo, é necessário obter o mapa desse tesouro, o acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Os deslocamentos de sentido que ocorreram se deram em função dos investimentos de valores, de uma atividade produtora que recebeu uma definição gerativa e, portanto, explica seu modo de construção. O encontro étnico entre a comunidade indígena e a comunidade acadêmica exerceu influência no investimento de valores positivos na ciência e no conhecimento tradicional, de forma que promoveram deslocamentos de sentidos: o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético é fundamental para o desenvolvimento de novos fármacos, mas deve ser registrado de acordo com o conhecimento científico para facilitar o acesso e “evitar equívocos” pela própria comunidade indígena. A maior preocupação da comunidade indígena e de ambientalistas encontra-se justamente no fato de se tornarem dispensáveis após o registro de suas memórias. Em outras palavras, a partir da identificação das características e utilidades de uma planta medicinal por uma comunidade autóctone e do momento em que algum princípio ativo ou genes dessa planta tornam-se valiosos e



podem ser replicados *in vitro*, há um risco muito grande de que as próprias comunidades, seus modos de vida e seu conhecimento tornem-se dispensáveis.

O conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais constitui um dos monumentos (ACHUGAR, 2006) onde a memória da cultura indígena se localiza, um lugar de identidade, lugar onde uma batalha está sendo travada e agendas político-sociais estão sendo construídas. Enfatizamos que o mais importante é que a memória da cultura indígena não seja roubada, para que esses povos não sejam liquidados, conforme argumenta Pêcheux (2010) ao citar Milan Kundera sobre o policiamento dos enunciados e do apagamento seletivo da memória histórica. As plantas medicinais são um lugar heterotópico (FOUCAULT, 2009), pois é um lugar que está em relação com outros posicionamentos, ao mesmo tempo em que neutraliza ou inverte o conjunto de relações que elas próprias refletem. As plantas medicinais constituem, também, o lugar do balbucio (ACHUGAR, 2006), o poder da periferia, da margem, do marginalizado na produção de valor. O conhecimento tradicional falado pela academia, ainda que balbuciado pelos membros da comunidade indígena, desconstrói o objeto de valor plantas medicinais enquanto elemento da cultura indígena (como ela é usada dentro desse contexto: xamanismo) e o reconstrói como um patrimônio genético, ou seja, tem-se um só objeto com revestimentos semânticos distintos, sobrepostos e antagônicos, que lutam, na arena de classes (BAKHTIN, 2006), pela primazia de sua significação, que se projeta no sentido – e conseqüentemente no poder - de seus sujeitos e das culturas a que pertencem.

## Referências

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. (VOLOCHINOV, V. N.)

BENITES, Eliel. *O estudo das espécies arbóreas e o significado das mesmas para a cosmologia Guarani/Kaiowa da aldeia Te'yikue Município de Caarapó-MS*. 2011. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

BENITES, Iracy Lima. *As plantas medicinais e o ensino da botânica na aldeia Amambai*. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

BRANQUIÃO, Rubens César. Signo, significação e discurso. *Estudos semióticos*. [online], São Paulo, v. 7, n. 2, nov. 2011, p. 52-62. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es>>. Acesso em 01 mai. 2015.

FIORIN, José Luiz. Sujeito na semiótica narrativa e discursiva. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 24-31, 2007.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo, Contexto, 2011.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos III).

GOHN, Maria da Gloria. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai.-ago., 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

GREIMAS, Algirdas J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Trad. de Dilson Ferreira da Cruz. 1. Ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. Trad. de Alceu Dias Lima; Diana Luz Pessoa de Barros; Eduardo Peñuela Cañizal; Edward Lopes; Ignacio Assis da Silva; Maria José Castagnetti Sombra; Tiekō Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Contexto, 2016.

JOÃO, Ifigeninha Hirto. *A tradição do uso das sementes de urucum na aldeia Panambi*. 2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

LOPES, Jussara Marques. *O conhecimento tradicional e o uso de plantas medicinais por mulheres indígenas da Aldeia Jaguapiru*. 2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010.